



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

PERCEPÇÃO DE BOLSISTAS DO PIBID SOBRE PLÁGIO ACADÊMICO

Bruna Alves Teixeira Lima (1); Thamyres Ribeiro da Silva (1); Jefferson Bonifacio Silva(2);
Dayse das Neves Moreira(3); Maria Betania Hermenegildo dos Santos(1).

Universidade Federal da Paraíba - bruna.alves.ifba@hotmail.com

Atualmente, a internet tem se apresentado como um ambiente propício para os estudantes encontrar trabalhos escolares prontos, e muitos não hesitam em copiá-los. Ante o exposto, objetivou-se com esse trabalho investigar a percepção de um grupo de estudantes universitários sobre esse fato. A pesquisa foi realizada com 31 bolsistas do Pibid dos cursos de Química e Biologia, do Centro de Ciências Agrárias (CCA), Campus II, da Universidade Federal da Paraíba (PB). O instrumento de coleta de dados foi um questionário, composto por 13 questões objetivas e subjetivas. Com base na análise dos dados obtidos foi constatado que mais de 20% dos licenciandos em química não souberam definir o conceito de plágio e de domínio público, enquanto para os de Biologia o percentual não chegou a 10%; a maioria dos bolsistas que responderam ao questionário demonstram conhecer o plágio de maneira vaga. Constatamos também que não há uma compreensão em relação aos conceitos domínio público, acesso público e informações livres. É importante salientar que todos os bolsistas sabem que o plágio é crime e conhecem a gravidade desse ato. Quanto à questão de terem sido informados sobre plágio na formação acadêmica, 67% dos alunos de Química disseram que sim, e 54% de Biologia responderam de forma afirmativa. Infere-se, então, a necessidade das instituições de ensino superior implementar uma política voltada ao combate do plágio acadêmico no âmbito dos Cursos de Graduação.

Palavras-chave: Formação de professores, internet, autoria.

1. Introdução

A internet é considerada como importante fonte de informação para estudantes de todos os níveis de ensino, isto ocorre devido à quantidade de dados disponíveis e a facilidade de busca e acesso; além disto, nos últimos anos ela tem se tornado uma ferramenta didática aliada no processo de ensino-aprendizagem (BARBASTEFANO; SOUZA, 2007).

Silva, (2008) afirma que houve um aumento no uso da internet como fonte de pesquisa e cita como principais motivos: falta de tempo e de livros para efetuar pesquisas em bibliotecas, maior quantidade de opções na rede e facilidade no auxílio argumentativo, no



embasamento teórico e esclarecimento de dúvidas das atividades acadêmicas. Porém, para Morais e Paiva, (2010) discentes e docentes ainda apresentam dificuldades ao utilizar esta ferramenta como recurso educacional, dentre essas os autores citam a falta de incentivo e orientação por parte dos docentes, a falta de sites voltados para uma única área, a falta de uma visão crítica por parte dos próprios discentes e a facilidade com estes se dispersam durante a pesquisa.

Abranches, (2008) afirma que a propagação de alternativas no meio virtual gera disseminação e dificulta o acompanhamento do que está sendo realizado, contribuindo com a ideia de obtenção de algo pronto, terminado e de suposta qualidade. Dessa maneira, o processo de “copiar e colar” abre-se como um caminho atraente e fácil, repleto de opções, potencializando assim um clássico problema no meio acadêmico: o plágio.

Moraes, (2004) e Nery et al. (2008), afirmam que o plágio se dá quando o pesquisador retira de meios virtuais ou não (livros, internet) frases, conceitos e/ou ideias de outra pessoa (formulador e publicador das mesmas) sem citá-lo como sua fonte de pesquisa. Neste caso ocorre a violação dos direitos autorais de outra pessoa e isto tem efeitos civis e penais. Alegar que se desconhece a lei não serve como defesa, tendo em vista que a mesma é pública e explícita. Para estes autores o crime do plágio é considerado mais grave que a pirataria, pois atinge o lado ético e intelectual, não se resumindo apenas a questões econômicas.

Conforme Barbastefano e Souza, (2007) a maioria dos alunos não sabe utilizar a internet como auxílio didático, mas sim como um ambiente propício para encontrar trabalhos prontos e simplesmente copiá-los, essas informações são corroboradas pelo artigo publicado por Lima et al. (2014), que ao analisar os resumos produzidos por alunos do ensino médio de uma escola pública da cidade Areia na Paraíba, encontrou resultados preocupantes, já que 100% dos discentes que participaram da pesquisa no primeiro ano cometeram plágio, no segundo ano este percentual foi de 88% e no terceiro de 96%.

Em uma pesquisa realizada por Silva, (2008), com os alunos do curso de letras da UFBA, 36,84% dos discentes entrevistados afirmaram claramente que já plagiaram textos, 21% relataram que plagiam, mas não afirmam isso claramente e 41,1% afirmaram não serem favoráveis à prática do crime, estes estudantes revelaram ainda que é difícil evitar o crime do



plágio, devido às imensas oportunidades que surgem, a rapidez e aos inúmeros conteúdos que estão disponíveis na Web.

Nos últimos anos tem-se verificado um crescimento na produção científica e com isto um aumento nos casos envolvendo plágio e fraude. Em 2012 foi publicado um estudo na revista *Proceedings of the National Academy of Sciences (PNAS)* mostrando os motivos de reparação de 2.047 artigos científicos ordenados no repositório da PubMed com pesquisadores de 56 países, sendo que 21,3% dos artigos foram cancelados por causa de erros não intencionais e 67,4% por má conduta. Dentre esses, 43,4% ocorreram por falsificação (prática ou suspeita), 14,2% por duplicação de publicação e 9,8% por plágio (PIERRO, 2015).

A partir disso, surgiu a motivação da realização desta pesquisa com os discentes que participam do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) dos cursos de Licenciatura em Química e em Biologia do CCA/UFPB.

O Pibid é um programa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) que tem por objetivo fomentar a iniciação à docência, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior e para a melhoria da qualidade da educação básica pública brasileira. Os projetos do Pibid são propostos por instituições de ensino superior (IES) e desenvolvidos por grupos de licenciandos sob supervisão de professores de educação básica e orientação de professores das IES (BRASIL, 2013). De acordo com a Fundação Carlos Chagas (2014) o PIBID tem proporcionado aos seus bolsistas a evolução intelectual, devido às variadas leituras e orientações que precisam ser realizadas em benefício do projeto, que estão resultando em diversas publicações científicas.

Ante o exposto, objetivou-se com esse trabalho investigar a percepção dos discentes do PIBID da química e da biologia CCA/UFPB sobre o plágio acadêmico.

2. METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – Centro de Ciências Agrárias (CCA) – Campus II, localizada na cidade de Areia PB no brejo paraibano. O público alvo foram 31 alunos bolsistas do Projeto Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), sendo 18 pibidianos do curso de Química e 13 da Biologia.

Foi aplicado um questionário proposto na literatura por Barbastefano; Silva, (2007), composto por 13 questões objetivas e subjetivas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para Dias; Eisenberg, (2015) o licenciando que plagia terá maior dificuldade em ensinar seus alunos a não praticar este crime. Dessa maneira, debater o plágio entre os cursos de licenciatura é um ato inicial para o desenvolvimento do caráter ético do graduando que pretende trabalhar com pesquisa no âmbito de sua formação.

A Tabela 1 mostra o percentual de respostas do público alvo, quando estes foram questionados sobre o conceito de plágio e de domínio público.

Tabela 1: Percentual de respostas referentes à questão sobre conceito de plágio e domínio público.

	Química	Biologia
Não responderam	22%	8%
Responderam apenas sobre plágio	50%	46%
Responderam sobre plágio e domínio público	28%	46%

Observa-se na Tabela 1 que mais de 20% dos licenciandos em Química não souberam definir os conceitos de plágio e de domínio público, enquanto este percentual não chegou a 10% para os discentes do curso de Biologia. Porém, o número de alunos que soube definir de forma correta o conceito de plágio foi semelhante para os dois cursos, ainda que em sua



maioria tenham sido apresentadas no sentido semântico da palavra, tratando a prática como algo existente apenas no meio das publicações textuais, como se pode verificar a seguir:

[ALUNO DA QUÍMICA] “- Plágio conta em copiar algo escrito, dados, imagens sem descrever autor.”

[ALUNO DA BIOLOGIA] “- O plágio nada mais é do que utilizar de uma ideia ou conceito de outra pessoa (pesquisador) sem referenciá-lo, dessa forma intitulado como seu.”

Com relação à definição de domínio público percebe-se na Tabela 1, que apenas 28% dos pibidianos de Química responderam a questão, este percentual foi quase o dobro para os alunos da Biologia, porém ao analisar as questões respondidas foi possível inferir que há um grande desconhecimento e é clara a confusão de conceitos entre domínio público, acesso público e informação livre, como pode ser visualizado a seguir:

[ALUNO DA QUÍMICA] “Um documento em domínio público está acessível p/ todos, mas não deixa de ter uma autoria própria.”

[ALUNO DA BIOLOGIA] “Domínio público; Obra aberta a todos.”

Resultados similares aos apresentados acima, foram encontrados na pesquisa de Barbastefano; Souza(2007). Em pesquisa realizada por Dias; Eisenberg (2015), os autores inferiram que os licenciandos sabem que plágio é algo reprovável e antiético, mas quando precisam dar definições sobre o assunto acabam se confundindo entre os sentidos de autoria e plágio.

Na Figura 1 estão expressas as respostas dos pibidianos do curso Química e de Biologia, quando indagados sobre (A) O que é plágio de acordo com a Lei Brasileira? (B) Você sabe que é uma paráfrase?

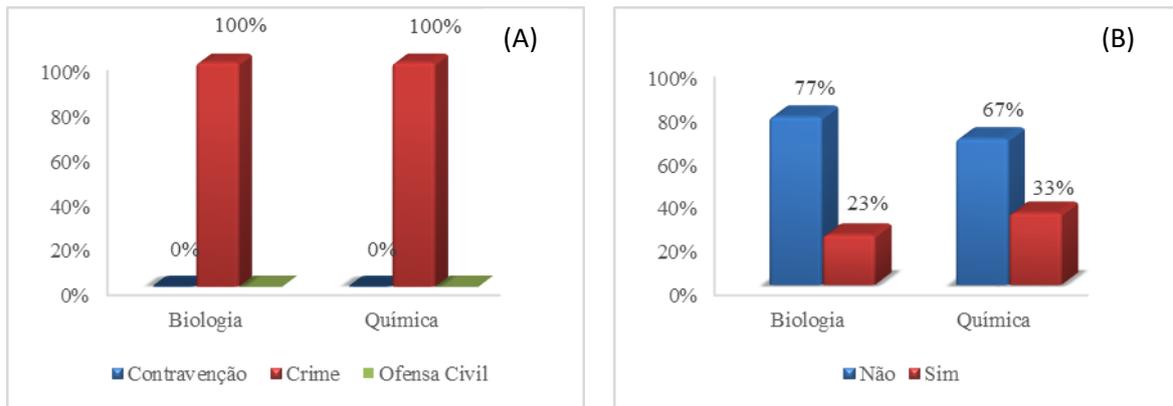


Figura 1: Percentual de resposta sobre o que é (A) O que é plágio de acordo com a Lei Brasileira?; (B) Você sabe o que é uma paráfrase?

Na Figura 1, pode-se observar que 100% dos bolsistas da Química e da Biologia sabem que plágio é crime. O que infere que os mesmos sabem da gravidade dessa prática, percentual bem inferior foi encontrado por Barbastefano; Souza, (2007), onde apenas 46% concordaram que plágio é crime e entende-se que os mesmos não veem a prática como algo tão errado.

Visualiza-se na Figura 1 (B) que 23% dos alunos da Biologia e 33% dos da Química sabem o que é uma paráfrase; entre os que afirmam saber (Figura 2), a maioria dos indagados responderam corretamente que o tamanho de uma paráfrase que não viole os direitos autorais é “Cada caso é um caso”, acordando com os valores da pesquisa feita por Barbastefano; Souza, (2007) em que 66% escolheram a mesma opção.

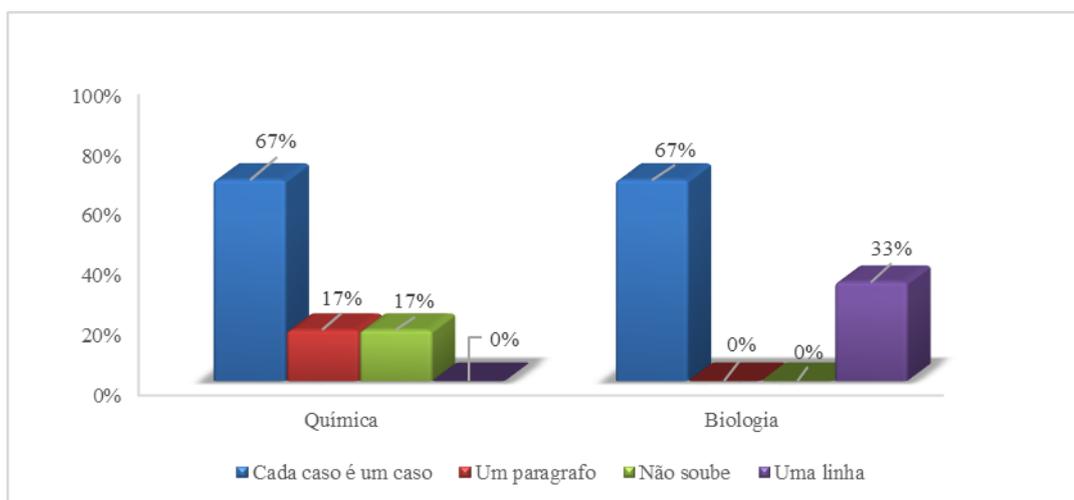


Figura 2: Respostas sobre tamanho de uma paráfrase.

A Figura 3 expõe que mais de 50% dos bolsistas do curso de Biologia e cerca de 95% dos licenciandos em Química escolheram pela opção “O autor seja devidamente referenciado” quando perguntados sobre em qual situação a reprodução de obras intelectuais seria permitida para a Lei Brasileira (com múltiplas respostas possíveis). Este dado é de grande importância, pois evidencia a preocupação dos licenciandos em dar créditos ao autor original, mas mostra que para os mesmos apenas dar referência seria suficiente.

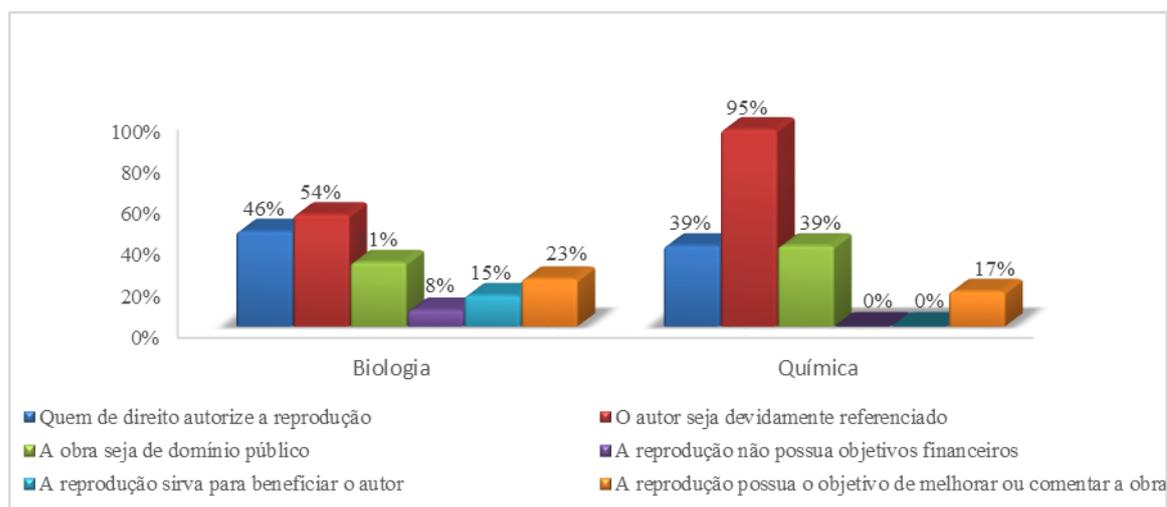


Figura 3: De acordo com a Lei Brasileira, a reprodução de obras intelectuais é permitida desde que (várias respostas permitidas)

Na Figura 4 é possível perceber que quase 70% dos questionados do curso de Biologia realizam pesquisa por meio do Google e outros motores relacionados, 8% citam a Wikipédia, estes percentuais chegam a 95% e 5% dos indagados do curso de Química. Estes resultados são similares ao estudo de Barbastefano; Souza (2007), neste 100% dos estudantes indicaram utilizar o Google e 56% o Wikipédia, consideradas fontes não seguras. O Scielo, site conhecido pela excelência em publicações, foi apontado por 77% dos estudantes de Biologia e apenas 5% dos de Química.

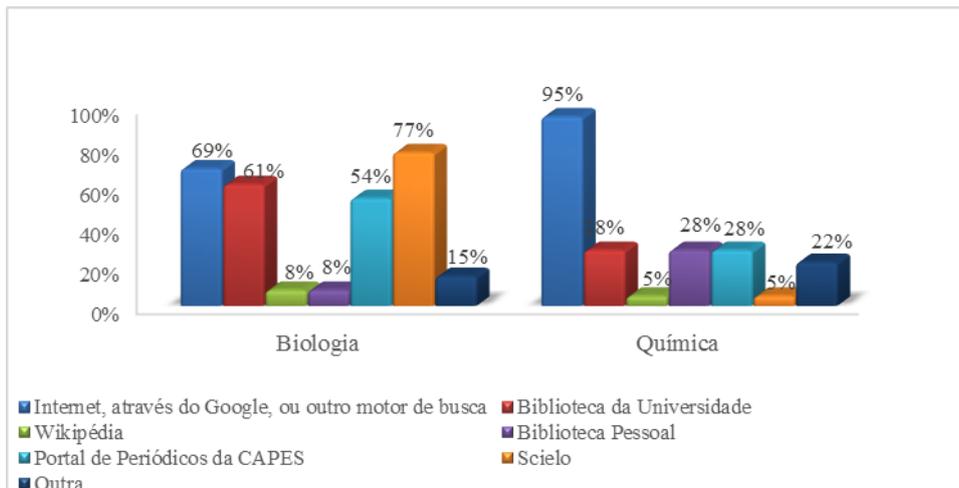


Figura 4: Fontes de pesquisa utilizadas regularmente em trabalhos acadêmicos.

A Figura 5 descreve que quanto à utilização de imagens em pesquisas feitas pelos estudantes, em torno de 77% dos alunos da Biologia utilizam imagens desde que o site permita e 61% dos estudantes de Química desfrutam de imagens desde que os sites sejam abertos. Segundo Barbastefano; Souza, (2007), isso seria o mais grave, pois quando se trata de imagens os estudantes não tem a preocupação em referenciar o autor. Em seu estudo 67% dos estudantes usam imagens se o site for aberto e nenhum dos mesmos disseram pedir autorização antes do uso. No presente trabalho foi verificado que os discentes do curso da Biologia não solicitam autorização para o uso de imagens, no curso de Química 17% dos estudantes revelam pedir autorização ao autor.

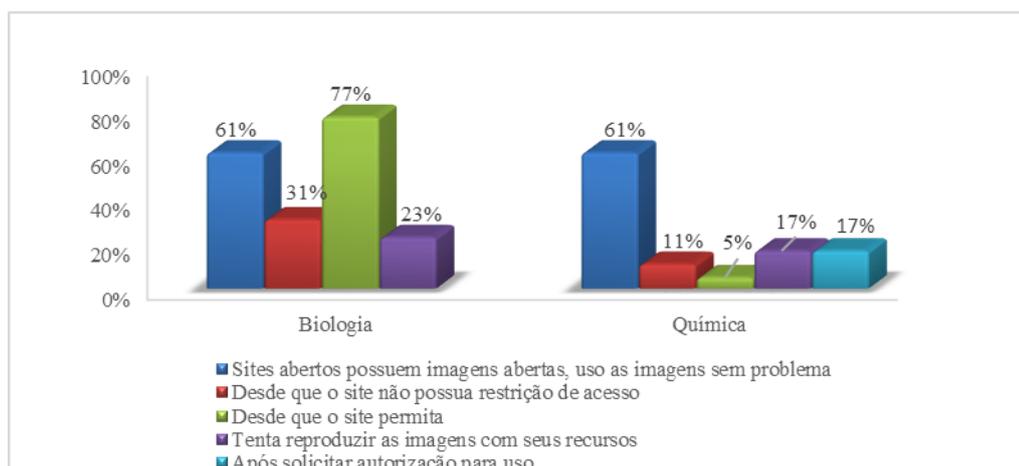


Figura 5: Utilização de imagens de sites pelos discentes.



Na Figura 6 (A), é apresentado o percentual de respostas quando os discentes foram perguntados se durante sua formação tiveram informações sobre direitos autorais, 54% dos alunos de Biologia disseram que sim e 67% dos alunos de Química. Em estudo com 18 licenciandos que assumiram plágio, Eisenberg; Dias, (2015) mostram que 9 desses alunos plágiam de propósito e 9 não intencionalmente, desses alunos 10 afirmam que seus professores não ensinam a pesquisar. Ao entrevistar os professores, os autores supracitados obtiveram declarações vagas e distintas de como estes docentes orientam seus alunos sobre como realizar uma pesquisa: alguns revelaram orientar apenas o conteúdo, outros afirmam indicar o formato do trabalho de acordo com as normas da ABNT; alguns dos questionados acreditam que orientar seja apenas indicar fontes; outros declaram não orientar pesquisa, por existir nas universidades cursos específicos de Metodologia do Trabalho Científico, ou Pesquisa Acadêmica. De acordo com Silva, (2008) o foco na tentativa de abolir o plágio deve ser voltado para as universidades, visto que é o local onde a produtividade e o conhecimento devem ser firmados na autoria/autonomia.

O percentual de respostas quando os licenciandos foram interrogados se eles eram estimulados a usar textos da internet em suas pesquisas do ensino médio, pode ser visualizado na Figura 6 (B).

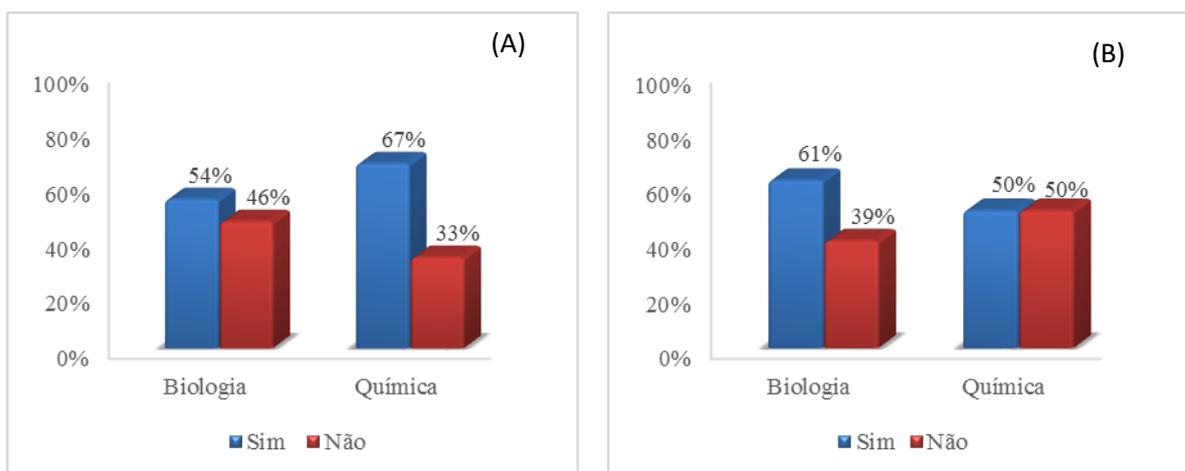


Figura 6: Respostas se os bolsistas tiveram orientações a respeito de direitos autorais(A) e se os mesmos foram estimulados a fazerem pesquisas de textos da Internet e colocá-los em seus trabalhos do fundamental/ensino médio(B).



Na Figura 6 (B) fica evidente que dos alunos da Biologia 61% produziam trabalhos da internet e dos alunos do curso de Química 50% faziam trabalhos utilizando textos da internet. Resultados parecidos aos obtidos por Barbastefano; Souza (2007) onde 69% dos estudantes responderam que usavam a internet desde o nível médio. Este resultado é corroborado pela pesquisa realizada por Lima; Moreira; Santos (2014) com discentes do ensino médio.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados obtidos foi possível perceber que uma quantidade significativa dos bolsistas sabem definir domínio público e plágio, mas não de maneira concisa e completa; outra parte dos estudantes não deram definição alguma. Foi possível perceber que os discentes sabem que plágio é crime, no entanto há confusão entre o sentido de plágio e autoria. Há confusão também nas definições de domínio público com acesso livre e informações livres. Os estudantes demonstraram se preocuparem com a permissão das mesmas, mas não com a devida referência ao autor, o que deduz uma menor preocupação na ocorrência de plágio em uso de imagens. Quanto à questão de terem sido informados sobre plágio na formação acadêmica, nem todos discentes afirmam que sim, dado intrigante visto que todos são universitários e deveriam ter passado por disciplinas como a de Metodologia Científica.

Infere-se, então, a necessidade das instituições de ensino superior apresentar uma política voltada ao combate do plágio acadêmico no âmbito dos Cursos de Graduação, por meio da realização de minicursos, palestras com especialistas, rodas de estudos, miniconferências, entre outros.

5. REFERÊNCIAS

ABRANCHES, S. P. O que fazer quando eu recebo um trabalho ctrl c + ctrl v? Autoria, pirataria e plágio na era digital: desafios para a prática docente. In: SIMPÓSIO



HIPERTEXTO E TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO: MULTIMODALIDADE E ENSINO, 2., 2008, Recife. **Anais Eletrônicos...** Recife: UFPE. 2008. Disponível em: https://www.ufpe.br/ceadmoodle/file.php/1/redes_publicas/sala_5/biblioteca/plagio-sergio-abranches.pdf. Acesso em: 11 jul. 2015.

BARBASTEFANO, R. G., SOUZA, C. G de. Plágio em Trabalhos Acadêmicos: Uma Pesquisa Com Alunos De Graduação. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 27., 2007, Paraná. **Anais eletrônicos**. Paraná: ENEGEP, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Regulamento do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, **Portaria nº 096**, de 18 de julho de 2013. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_096_18jul13_AprovaRegulamentoPIBID.pdf. Acesso em: 20 jul. 2015.

DIAS, W. T., EISENBERG, Z. W., Vozes diluídas no plágio: a (des)construção autoral entre alunos de licenciaturas. **Pro-Posições**, v. 26, n. 1, 2015.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS; **Um estudo avaliativo do programa institucional de bolsa de iniciação à docência (PIBID)**. São Paulo v. 41, set 2014.

LIMA, B. A. T.; et al. **A Utilização Da Internet Como Recurso Audiovisual E Tecnológico No Ensino Da Química**. In: V Encontro Nacional das Licenciaturas (ENALIC), IV Seminário Nacional do PIBID e XI Seminário de Iniciação à Docência (SID-UFRN), Natal: UFRN, 2014.

MORAES, R.. O plágio na pesquisa acadêmica: a proliferação da desonestidade intelectual. **Diálogos Possíveis**, Salvador, v. 3, n. 1, p. 91-109, 2004.

MORAIS, C.; PAIVA, J. Webquests: incremento pedagógico da internet no ensino da química. **Boletim da Sociedade Portuguesa de Química**, Bragança, n. 119, 2010.

NERY, G.; et al. **Nem tudo que parece é: entenda o que é plágio**, 2008. Disponível em: <http://www.noticias.uff.br/arquivos/cartilha-sobre-plagio-academico.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2015.



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

PIERRO, B. de. Para promover uma cultura de integridade. **Revista Pesquisa FAPESQ**, Rio de Janeiro, ed. 233, p. 16-23, jul. 2015.

SILVA, O. S. F. Entre o plágio e a autoria: qual o papel da universidade? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13 n. 18, p. 357-414, 2008.